

Cultura E Experiência: Uma Aventura Com Paulo Freire¹

Cultura Y Experiencia: Una Aventura Con Paulo Freire

José Jackson Reis dos Santos²
Andiara Martins Dias³

Resumo: O artigo objetiva compreender as categorias cultura e experiência, tendo como referência obras do educador brasileiro Paulo Freire, evidenciando potencialidades de seu pensamento e de sua práxis no contexto contemporâneo. São apresentados, brevemente, elementos da trajetória de vida do autor para, em seguida, apresentar e descrever características das obras selecionados na fase analítica dos dados. Percebe-se a necessidade de compreensão das categorias cultura e experiência no movimento histórico das obras analisadas, reafirmando, entre outros aspectos, mulheres e homens na condição de sujeitos/as do ato de criação e reconstrução da cultura e de suas experiências ao longo da existência humana. A abordagem socializada no texto explicita, também, elementos de uma educação dialógica, problematizadora, libertadora, pautada na comunicação e promoção da autonomia humana.

Palavras-chave: Paulo Freire. Cultura. Educação dialógica. Experiência. Práxis libertadora.

Resumen: El artículo pretende comprender las categorías cultura y experiencia, teniendo como referencia obras del educador brasileño Paulo Freire, evidenciando potencialidades de su pensamiento y su praxis en el contexto contemporáneo. Presentanse brevemente elementos

¹ O artigo é parte da dissertação de mestrado intitulada: *Cultura e Experiência: categorias fundantes no Ensino de História na Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosa*, defendida em maio de 2021, junto ao Programa de Pós-Graduação em Ensino, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, de autoria de Andiara Martins Dias, sob orientação de José Jackson Reis dos Santos.

² Doutor em Educação e docente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Brasil. Professor e pesquisador do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas e do Programa de Pós-graduação em Ensino (PPGEEn – Mestrado e Doutorado) da UESB. Coordenador do Grupo Colabor(Ação): Estudos e Pesquisas em Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas/UESB. E-mail: Jackson.santos@uesb.edu.br

³ Mestra em Ensino pelo Programa de Pós-graduação em Ensino, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Brasil. Membro do Grupo Colabor(Ação): Estudos e Pesquisas em Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas/UESB. Professora da rede municipal de ensino na cidade de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. E-mail: andiangell@hotmail.com

Recebido em 08/10//2021

Aprovado em 25/11/2021

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



de la trayectoria de vida del autor y en seguida presenta y describe las características de las obras seleccionadas en la fase de análisis de los datos. Se percibe la necesidad de comprender las categorías cultura y experiencia en el movimiento histórico de las obras analizadas, reafirmando, entre otros aspectos, a la mujer y al hombre como sujetos del acto de creación y reconstrucción de la cultura y de sus experiencias a lo largo de la existencia humana. El enfoque socializado en el texto también explicita elementos de una educación dialógica, problematizadora y liberadora, basada en la comunicación y promoción de la autonomía humana.

Palabras claves: Paulo Freire. Cultura. Educación dialógica. Experiencia. Praxis liberadora.

1 Introdução

O texto busca compreender, em livros publicados pelo educador brasileiro Paulo Freire, as categorias⁴ cultura e experiência, correlacionando-as a uma dimensão dialógica de seu pensamento e de sua práxis. No contexto educacional brasileiro e mundial, é de suma importância visitar as obras deste autor como forma de evidenciar a contemporaneidade de suas discussões e propostas, uma maneira de reafirmar seu pensamento educacional como referência, em um momento em que estas estão sendo contestadas, por uma reivindicação de neutralidade na educação, na perspectiva de esvaziá-la de seu imprescindível caráter político. Destacamos a relevância de tratar “cultura” e “experiência” enquanto categorias, que são essencialmente dinâmicas e têm como centralidade uma educação como prática de liberdade.

Do ponto de vista metodológico, o estudo situa-se numa abordagem qualitativa, de natureza exploratória e bibliográfica, articulado a uma perspectiva de análise do conteúdo temática. Para Bardin (1977), esse tipo de análise é um conjunto de técnicas de apreciação das comunicações, cuja intenção é a inferência de conhecimentos, que se divide em pré-análise; exploração do material; e tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Com base nessa proposta de Bardin (1977), na fase de pré-análise, realizamos a escolha dos documentos a serem analisados, a elaboração de pressupostos e definição de objetivos, bem como a preparação de códigos que fundamentem a interpretação final e a leitura flutuante. Sobre a exploração do material, Bardin (1977) afirma tratar-se de uma fase longa, composta, fundamentalmente, por operações de codificação, desconto ou enumeração, atendendo ao que havia sido estabelecido. O tratamento dos resultados, a inferência e a

⁴ Nossa apreensão de categoria apoia-se em Minayo (2008, p.178-179): “Categorias são conceitos classificatórios. Constitui-se como termos carregados de significação, por meio dos quais a realidade é pensada de forma hierarquizada. [...] O cientista [...] cria sistemas de categorias buscando encontrar unidade na diversidade e produzir explicações e generalizações. [...] categorias operacionais são construídas com finalidade de aproximação ao objeto de pesquisa (na sua fase empírica), devendo ser apropriadas ou construídas [...]”.

interpretação, segundo a abordagem de Bardin (1977), devem ser trabalhados de uma forma que se tornem significativos, válidos.

Ao contemplar os procedimentos indicados anteriormente, avançamos para a exploração do material e o tratamento dos resultados obtidos. A sequência do texto aborda, num primeiro momento, alguns aspectos da biografia do autor para, num segundo momento, aprofundar as categorias cultura e experiência em algumas de suas obras.

2 Paulo Freire: alguns aspectos de sua biografia

Paulo Reglus Neves Freire cursou Direito na Universidade de Recife (assim chamada na época), período em que se dedicou, paralelamente, aos estudos de filosofia da linguagem. Não exerceu a profissão de bacharel, optando por lecionar língua portuguesa em uma escola de educação básica. Em 1958, ingressou na Universidade do Recife, onde lecionou História da Filosofia da Educação e, em 1963, protagonizou a experiência de alfabetização em Angicos, cidade do Rio Grande do Norte.

O educador ganhou ainda mais notoriedade com a construção de uma teoria do conhecimento, destinada, especialmente, aos sujeitos das classes populares, bem como à produção de um sistema de alfabetização, o qual preconizava a vida e as experiências de educandos/as como fonte de um processo educativo voltado para uma análise crítica das questões sociais e políticas da vida cotidiana. Assim, contribuiu para alfabetizar centenas de pessoas das classes populares, partindo sempre do que ele denominou de “palavras geradoras”, quando em contextos de alfabetização, ou “temas geradores”, geralmente usados nos espaços de pós-alfabetização. Esse feito ganhou expressividade em nível nacional, sendo que a aula de encerramento foi ministrada pelo então presidente da República, João Goulart, em 2 de abril de 1963 (LYRA, 1996). No ano seguinte, com o golpe militar de abril de 1964, Paulo Freire foi preso por 72 dias, após os quais foi obrigado a se exilar, passando a viver, fora do país, por 16 anos (FREIRE, 1996; GADOTTI, 1996).

Durante o exílio, Paulo Freire consolidou sua destacada trajetória como educador. Primeiro viveu no Chile onde, envolto em condições sociais e políticas favoráveis à sua concepção de mundo, trabalhou por cinco anos no Instituto Chileno para a Reforma Agrária (ICIRA) em programas de educação de adultos (FREIRE, 1996).

Ainda de acordo com Freire (1996), o educador lecionou na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, em 1969, mantendo-se engajado em grupos que realizavam novas experiências educacionais no campo e na cidade. Por uma década, em Genebra, na Suíça, foi

Consultor Especial do Departamento de Educação do Conselho Mundial das Igrejas, ao mesmo tempo em que realizava assessoria educacional a outros países, sobretudo no continente africano.

Paulo Freire retornou, definitivamente, ao Brasil em 1980 e chegou a ministrar aulas na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), ambas no estado de São Paulo, vindo a tornar-se Secretário Municipal de Educação da capital paulista em 1989, na gestão de Luiza Erundina, prefeita pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Sua gestão como Secretário Municipal de Educação foi marcada, entre outros aspectos, pelo desenvolvimento de um processo de gestão democrática, pelo empenho para implementar movimentos de alfabetização, revisão curricular, formação de trabalhadores/as da educação e busca de recuperação salarial dos docentes (FREIRE, 1996).

Paulo Freire constituiu-se como um educador que conseguia estabelecer um diálogo amplo e coerente entre a teoria por ele desenvolvida e estudada e a sua prática, constituindo uma práxis profundamente singular, que é uma das grandes marcas do seu legado para a educação mundial. A práxis educativa de Paulo Freire fez com que ele fosse reconhecido mundialmente, chegando a receber, até o ano de 1996, conforme indica Freire (1996), um grande número de homenagens, das quais citamos o título de doutor *Honoris Causa* por 27 universidades⁵. Recebeu também importantes prêmios⁶ e o título de Patrono da Educação do

⁵ A Paulo Freire foi outorgado o título de “Doutor Honoris Causa” pelas seguintes instituições: Universidade Aberta de Londres, Inglaterra, em junho de 1973; Universidade Católica de Louvain, Bélgica, em fevereiro de 1975; Universidade de Michigan – Ann Arbor, USA, em 29 de abril de 1978; Universidade de Genebra, Suíça, em 06 de junho de 1979; New Hampshire College, USA, em 29 de julho de 1986; Universidade de San Simon, Cochabamba, Bolívia, em 29 de março de 1987; Universidade de Santa Maria, Brasil, em 08 de maio de 1987; Universidade de Barcelona, Espanha, em 02 de fevereiro de 1988; Universidade Estadual de Campinas, Brasil, em 27 de abril de 1988; Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Brasil, em 27 de setembro de 1988; Universidade Federal de Goiás, Brasil, em 11 de novembro de 1988; Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil, em 23 de novembro de 1988; Universidade de Bolonha, Itália, em 23 de janeiro de 1989; Universidade de Claremont, USA, em 13 de maio de 1989; Instituto Piaget, Portugal, em 11 de novembro de 1989; Universidade de Massachusetts, Amherst, USA, 26 de maio de 1990; Universidade Federal do Pará, Brasil, em 15 de novembro de 1991; Universidade Complutense de Madri, Espanha, em 16 de dezembro de 1991; Universidade de Mons- Hainaut, Bélgica, em 20 de março de 1992; Wheelock College, Boston, USA, em 15 de maio de 1992; Universidade de El Salvador, El Salvador, em 03 de julho de 1992; Fielding Institute, Santa Barbara, USA, em 06 de fevereiro de 1993; Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil, em 30 de abril de 1993; University of Illinois, Chicago, USA, em 09 de maio de 1993; Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil, em 20 de outubro de 1994; Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil, em 06 de dezembro de 1994; Universidade de Estocolmo, Suécia, em 29 de setembro de 1995 (entregue na PUC-SP, em São Paulo, em 17.10.1995); e Universidade Federal de Alagoas, Brasil, em 25 de janeiro de 1996 (FREIRE, 1996, p. 52-53). Ana Maria Araújo Freire, em 2017, na obra “Paulo Freire: uma história de vida”, apresenta outro levantamento de títulos concedidos a Paulo Freire, totalizando 41 títulos de Doutor Honoris Causa.

⁶ Prêmio Rei Balduino para o Desenvolvimento (Bélgica, 1980); Prêmio UNESCO da Educação para a Paz (1986) e Prêmio Andres Bello, da Organização dos Estados Americanos, como Educador do Continente (1992) (FREIRE, 1996).

Brasil, no ano de 2012, na gestão da Presidenta Dilma Roussef, através da Lei Nº 12.612, de 13 de abril de 2012 (BRASIL, 2012). Seu último livro intitulado *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*, foi lançado em abril de 1997, ano no qual Paulo Freire faleceu, mais especificamente no dia 2 de maio, na cidade de São Paulo.

3 Breve descrição das obras analisadas

Para a análise das categorias indicadas, trabalhamos com as seguintes obras de Paulo Freire: *Educação como prática da liberdade*, *Pedagogia do oprimido* e *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*.

O livro *Educação como prática da liberdade* foi lançado, em 1967, pela editora Paz e Terra. Nele, Paulo Freire propõe uma educação orientada para a autenticidade, por meio de condições e caminhos que contemplem especialmente os mais necessitados, que, para ele, vivem como excluídos. O autor combate o que classifica como “discurso vazio” e/ou “verbalismo vazio” na educação. Defende a pedagogia pautada no diálogo, na comunicação, promotora de autonomia do homem e da mulher para que desenvolvam uma consciência crítica do mundo em que vivem. A pedagogia em questão precisa ser compreendida em suas dimensões práticas, políticas e sociais, para, assim, assegurar a luta concreta dos homens e das mulheres por libertarem-se. A abordagem desenvolvida no livro parte dos Círculos de Cultura.

Paulo Freire descreveu, detalhadamente, a realização dos Círculos de Cultura⁷, nos quais aconteciam as experiências de alfabetização de pessoas jovens, adultas e idosas, preocupando-se em contextualizar, historicamente, a proposta de acordo com seus pressupostos filosóficos e políticos. Na introdução dessa obra, cujo título é *Educação e Política*, de autoria de Francisco C. Weffort, o autor prepara seu leitor para o que este encontrará na obra passando pela poesia: *Canção para os Fonemas da Alegria*, de Thiago de Mello. Após essa imersão pelo âmbito da obra poética, que é uma verdadeira ode à luta pela libertação de homens e mulheres excluídos/as, protagonizada por Paulo Freire, tem-se o início da escrita do próprio autor. Ele inicia a obra fazendo um agradecimento e um esclarecimento para então socializar a escrita dos quatro capítulos⁸.

⁷ Os círculos de cultura surgem como uma contraposição às salas de aula conservadoras, situando-se como espaços do diálogo, da produção de saberes com base numa relação horizontal entre educadores/as e educandos/as, pautados numa opção democrática, libertadora e humanística (FREIRE, 1967).

⁸ O primeiro, *A Sociedade em Transição*; o segundo, *Sociedade Fechada e Inexperiência Democrática*; o terceiro, *Educação Versus Massificação*; e o quarto, *Educação e Conscientização*.

O segundo livro é *Pedagogia do Oprimido* e seus manuscritos datam de 1968. Foi lançado, pela primeira vez, nos Estados Unidos, em 1970, e só pôde ser publicado no Brasil em 1974. Tornou-se a obra mais conhecida do autor e encontra-se na sua 65ª edição, traduzido em mais de 30 idiomas. Uma pesquisa de 2016 revelou que este era o único livro brasileiro entre os 100 mais recomendados pelos docentes nas bibliografias das universidades de língua inglesa (LIMA, 2018).

Composto de quatro capítulos, no primeiro, Paulo Freire faz uma *Justificativa da pedagogia do oprimido*, momento em que deixa clara sua opção e seu ponto de vista, determinados pela experiência histórica dos/as oprimidos/as. O segundo capítulo é intitulado *A concepção bancária de educação como instrumento de dominação - seus pressupostos, sua crítica*, em que o autor aborda uma crítica à educação e apresenta um dos seus conceitos mais conhecidos – a concepção bancária de educação – na qual o educando é percebido como depositário do conhecimento, do qual o docente é a fonte, permanecendo os estudantes passivos nesse processo. No terceiro capítulo do livro em questão, *A dialogicidade – essência da educação como prática da liberdade*, Paulo Freire retrata uma alternativa à educação bancária, apresentando uma nova forma de pensar o processo educativo, o qual deve ser sempre pautado num processo dialógico. Por fim, no quarto capítulo, *A teoria da ação antidialógica*, o autor aborda, criticamente, elementos caracterizadores de uma teoria da ação dialógica e de uma teoria da ação antidialógica.

O livro *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*, publicação posterior as duas anteriormente citadas, é uma obra cuja leitura contribui para compreensão destas, na qual Paulo Freire demonstra, sua preocupação com o campo da alfabetização indicando a necessidade de que ela seja contextualizada, dialética e problematizadora para, desta forma, possibilitar a tomada de consciência de sua condição e, na reflexão da práxis-ação, buscar libertar-se. A obra não se apresenta dividida em capítulos, mas sim em quinze tópicos que proporcionam uma leitura mais fruída de cada tema⁹. Com essa explanação, encerramos a

⁹ Os tópicos são: *Breve explicação; Considerações em torno do ato de estudar; A alfabetização de adultos – crítica de sua visão ingênua compreensão de sua visão crítica; Os camponeses e seus textos de leitura; Ação cultural e reforma agrária; O papel do trabalhador social no processo de mudança; Ação cultural para a libertação; I parte: O processo de alfabetização de adultos como ação cultural para a libertação; II parte: Ação cultural e conscientização; O processo de alfabetização política – uma introdução; Algumas notas sobre humanização e suas implicações pedagógicas; O papel educativo das Igrejas na América Latina; Prefácio à edição argentina de A black theology of liberation de James Cone; Conscientização e libertação: uma conversa com Paulo Freire e, por último, Algumas notas sobre conscientização.*

apresentação das obras para nos debruçarmos sobre as categorias cultura e experiência, conforme indicamos na Introdução.

4 Situando a discussão sobre a categoria “cultura” em obras de Paulo Freire

No livro *Educação como prática da liberdade*, em seu último capítulo, Freire (1967), após trazer em diferentes momentos da sua escrita o termo cultura, efetuou a sua conceitualização, ao afirmar que, antes de iniciar a alfabetização, era necessário colaborar com o/a alfabetizando/a a superar a crença em um conceito mágico e ingênuo para a aquisição de um conceito cada vez mais crítico de cultura que, para ele, residia no seu sentido antropológico. Na íntegra, temos:

[...] A cultura como o acrescentamento que o homem faz ao mundo que não fez. A cultura como o resultado de seu trabalho. Do seu esforço criador e recriador. O sentido transcendental de suas relações. A dimensão humanista da cultura. A cultura como aquisição sistemática da experiência humana. Como uma incorporação, por isso crítica e criadora, e não como uma justaposição de informes ou prescrições “doadas”. A democratização da cultura – dimensão da democratização fundamental (FREIRE, 1967, p. 108).

Após expor sua decisão pelo conceito antropológico de cultura, o autor traz à baila as mudanças que esta compreensão traria aos/às alfabetizando/as. Para Freire (1967), os sujeitos necessitam se perceber como fazedores de cultura, criando e recriando o seu próprio mundo, historicamente situado. Didaticamente, o autor exemplifica que toda criação humana é cultura, desde o boneco de barro feito pelos artistas populares às obras de renomados escultores, pintores, místicos ou pensadores.

Nesta obra, Freire descreve o passo a passo adotado pelos/as educadores/as no desenvolvimento do trabalho com os/as alfabetizando/as. Ele relata que, através de dez situações existenciais, obras do artista Francisco Brennard, buscou trabalhar o conceito de cultura na sua esfera gnosiológica e antropológica, no que ele denominou “[...] ‘redução’ deste conceito a traços fundamentais, [...] ‘codificadas’, capazes de desafiar os grupos e levá-los pela sua ‘descodificação’ a estas compreensões” (FREIRE, 1967, p. 109).

Nos seus escritos, Freire (1967) utilizou exemplos extraídos das falas dos/as educandos/as, evidenciando a compreensão destes, principalmente da categoria cultura, após o estabelecimento de uma relação dialógica entre educandos/as e educadores/as ao participarem dos Círculos de Cultura. A estratégia adotada nestes era apresentar imagens do artista Brennard, a partir das quais eles afirmavam não serem novidades as situações mostradas nas

pinturas e, dentro da discussão motivada também pela análise das imagens, muitos dos/as alfabetizando/as afirmavam se reconhecerem, dentro do seu fazer cotidiano e que eles eram tão valorosos quanto os doutores que faziam livros (FREIRE, 1967). Entre outros exemplos utilizados por Freire, destacamos o seguinte:

“Amanhã”, disse certa vez um gari da Prefeitura de Brasília, ao discutir o conceito de cultura, “vou entrar no meu trabalho de cabeça para cima”. É que descobrira o valor de sua pessoa. Afirmava-se. “Sei agora que sou culto”, afirmou enfaticamente um idoso camponês. E ao se lhe perguntar por que se sabia, agora, culto, respondeu com a mesma ênfase: “Porque trabalho e trabalhando transformo o mundo” (FREIRE, 1967, p. 110).

O autor demonstrou, por meio dos exemplos, que os/as alfabetizando/as eram capazes de reconhecer os dois mundos, o da natureza e o da cultura e o seu papel enquanto homem e mulher, nestes mundos. Analisando Freire (1967, p. 110), é possível identificar a interface das categorias aqui discutidas, quando o autor afirma: “A conclusão dos debates gira em torno da dimensão da cultura como aquisição sistemática da experiência humana”. E continua afirmando que a aquisição da cultura letrada não se limita à transmissão oral, assim como as culturas iletradas que não possuem a sinalização gráfica, e alerta que os/as educandos/as, mesmo oriundos/as de uma cultura iletrada, conseguem compreender os códigos da cultura letrada e ambas podem estabelecer um diálogo que culmine na compreensão da categoria cultura pelo/a alfabetizando/a, o que caracteriza a efetivação do processo de democratização da cultura, por meio do qual pode-se começar a alfabetização (FREIRE, 1967).

No apêndice do livro em questão, o autor apresenta as dez situações existenciais com seus respectivos desenhos, que eram utilizadas no desenvolvimento dos Círculos de Cultura. Em cada uma das situações existenciais, descritas pelo autor, ele ratifica a categoria cultura ao descrever os diálogos dos/as coordenadores/as de estudos com os/as alfabetizando/as, destacando que estes eram compostos por provocações, na forma de questionamentos simples, seguidos de explicações objetivas e nítidas. Tomemos a primeira situação como exemplo: “O homem no mundo e com o mundo. Natureza e cultura”, a respeito da qual o autor resume:

[...] Com perguntas simples, tais como: quem fez o poço? por que o fez? como o fez? quando? que se repetem com relação aos demais “elementos” da situação, emergem dois conceitos básicos: o de *necessidade* e o de *trabalho* e a cultura se explicita num primeiro nível, o de subsistência. O homem fez o poço porque teve necessidade de água. E o fez na medida em que, relacionando-se com o mundo, fez dele objeto de seu conhecimento. Submetendo-o, pelo trabalho, a um processo de transformação. Assim, fez a casa, sua roupa, seus instrumentos de trabalho (FREIRE, 1967, p. 124).

Depois de provocados pelo exemplo, a discussão gira em torno das relações entre as pessoas, retomando o antagonismo entre oprimido/a e opressor/a, expresso em *Pedagogia do oprimido*, no qual o autor sinaliza o equilíbrio que precisa haver entre as relações humanas, que não podem ser relações de dominação, pois os/as homens/mulheres precisam se posicionar como sujeitos (FREIRE, 1967).

Em *Educação como prática da liberdade*, o autor defende que é no apropriar-se de seu protagonismo que homens e mulheres transformam a natureza e o mundo à sua volta, asseverando que isto é fazer cultura no sentido antropológico. Para nós, é nesta obra que o autor define cultura como categoria. Nossa análise desta categoria, expresso nas demais obras, revelou que, nas duas posteriores, Freire (1987, 1981) corrobora com o que definiu sobre cultura nesta.

Em *Pedagogia do oprimido*, nossa segunda obra estudada, já nas primeiras páginas do prefácio elaborado por Ernani Maria Fiori, este afirma que a perspectiva de Paulo Freire “[...] é, fundamentalmente, um método de cultura popular: conscientiza e politiza. Não absorve o político no pedagógico, mas também não põe inimizade entre educação e política” (FREIRE, 1987, p. 11). Depois do prefácio de Fiori, o autor do livro faz várias referências à cultura. Ele denuncia a estratégia de educação bancária que, em nome da preservação da cultura e do conhecimento, faz dos/as educandos/as depósitos de conteúdos.

Assim como na obra anterior, nesta segunda, o educador reafirma a importância de se iniciar os trabalhos no campo da alfabetização com o conceito antropológico de cultura, o qual, segundo o autor, concebe os “[...] homens no mundo e com o mundo como seres da transformação e não da adaptação” (FREIRE, 1987, p. 67).

O autor depreende que a relação de opressão não se restringe à esfera econômica, uma vez que o/a opressor/a rouba do/a oprimido/a sua palavra, sua expressividade e sua cultura. O autor ainda disserta sobre invasão cultural, na qual a estratégia dos/as invasores/as é classificar a cultura dos/as invadidos/as como inferior e, a partir daí, estabelecer sua cultura (a cultura dos/as invasores/as) como superior e um padrão a ser alcançado pelos invadidos, que, no extremo, segundo Freire (1987, p. 87): “Quanto mais se acentua a invasão, alienando o ser da cultura e o ser dos invadidos, mais estes quererão parecer com aqueles: andar como aqueles, vestir à sua maneira, falar a seu modo”.

Caminhando para as últimas palavras na obra *Pedagogia do oprimido*, Freire introduz o conceito de ação cultural, antecipando, de alguma forma, o que viria a trabalhar mais

detidamente na terceira obra, aqui demarcada, sendo que esta ação cultural, segundo o autor, pode ser dialógica ou antidialógica e serão os caminhos pelos quais ela for conduzida que determinarão a forma como ela poderá ser conceituada.

O livro *Ação cultural para a liberdade e outros escritos* explora a capacidade criadora e recriadora do trabalho de mulheres e homens, exemplificando que estes, ao imprimirem seu trabalho transformador a uma árvore, executando um planejamento anterior, desde o momento de cortá-la até o momento de constatar a criação de algo novo, como resultado, estão, na verdade, produzindo um objeto cultural. Neste fazer é importante destacar que as técnicas, o saber científico, bem como toda empiria de que os/as camponeses/as se valem nesse processo precisam ser compreendidos como histórica e culturalmente condicionados, equivalendo-se às manifestações culturais dos especialistas (FREIRE, 1981). Sobre esse aspecto, o autor reforça:

Daí que não possa compreender e, quando compreende, não dê a devida importância ao fato de que, transformando a realidade natural com seu trabalho, os homens criam o seu mundo. Mundo da cultura e da História que, criado por eles, sobre eles se volta, condicionando-os. Isto é o que explica a cultura como produto, capaz ao mesmo tempo de condicionar seu criador (FREIRE, 1981, p. 27).

Na baila de objeto cultural, Freire (1981) ainda faz uma comparação entre a unidade de produção dos assentamentos como uma unidade cultural, permitindo, a partir desta revisão, que a capacitação técnico-científica dos/as camponeses/as seja vista como atividade criadora, refutando, desta forma, o entendimento dessa capacidade como transferência de receitas tecnicistas.

Dentro do processo de alfabetização, os/as educandos/as necessitam desvendar o que condiciona muitas de suas atitudes, das quais a realidade cultural é determinante, visando encará-las de maneira diferente. A condição que os/as educandos/as possuem de aprofundar e ampliar seu conhecimento pode ser garantida através da desmistificação das suas relações com o mundo histórico-cultural do qual são criadores os seres humanos. O autor não nega as contradições das relações entre dominantes e dominadores/as no universo cultural. Ele reivindica que, mesmo não sendo simétricas, essas relações precisam ser dialógicas e suas debilidades necessitam ser problematizadas (FREIRE, 1981).

No estudo do terceiro livro, entendemos ser importante destacar duas expressões que são amplamente utilizadas nele e compõem o alicerce para cultura como categoria, não mais explicitamente, como conferimos nas duas obras anteriores, mas nem por isso menos latente. As expressões são “cultura do silêncio” e “ação cultural”, esta última aparece no título do

livro. Sobre a primeira expressão, cultura do silêncio, para o autor, é produzida quando homens e mulheres são impedidos/as de dizerem sua palavra, de se manifestarem como sujeitos de práxis e cidadãos políticos, impossibilitados, desta forma, de intervir em seus contextos, marcados por opressão ou imposição de outras culturas.

Em Freire (1981), encontramos nos pormenores o processo educacional de alfabetização no contexto dos assentamentos frutos da reforma agrária. O autor busca evidenciar que a cultura do silêncio se encontra arraigada no imaginário do dominado que aqui aparece sob o título de camponês, explicando que, mesmo em uma situação em que já se encontrem assentados/as, estes/as ainda preservam a concepção de relação de trabalho introjetada neles/as pelos patrões latifundiários e, desta forma, tendem a assumir uma atitude fatalista quando os desafios do trabalho ali começam a aparecer. No desenvolvimento do texto, o autor assinala a alfabetização como estratégia para mulheres e homens dizerem sua palavra e, desta forma, romperem com a cultura do silêncio.

Para o autor, mesmo as pessoas que não sabem ler e escrever vendo-se como seres concretos, que sabem fazer muitas coisas no seu cotidiano, por estarem imersos na cultura do silêncio, são impossibilitados de reconhecer sua condição de criadores e recriadores. Isso vem da reverberação, em suas vidas, dos mitos da cultura dominante de que eles/as são, naturalmente, inferiores, o que os impede de perceber a potencialidade de sua ação transformadora sobre o mundo. Como ratifica Freire (1981), sem a compreensão nítida de onde estão envolvidos, podem não relacionar a ausência do direito à palavra ao sistema de exploração em que vivem. Para Freire (1981), a cultura do silêncio não é uma reprodução ideológica exclusiva da cultura dominante, pois carrega estratégias de defesa, preservação e mesmo sobrevivência do/a dominado/a.

O autor, tomando como pano de fundo o processo de alfabetização, delimita que toda ação cultural, proveniente da síntese, precisa partir da investigação temática ou dos temas geradores, junto aos/as camponeses/as para que iniciem “[...] uma reflexão crítica sobre si mesmos, percebendo-se como estão sendo” (FREIRE, 1981, p. 29). É da percepção de si que se inicia a extrojeção dos valores dos/as dominadores/as incutidos nos/as dominados/as e a total desvinculação deste só pode ser obtida, segundo o autor, por meio da transformação revolucionária das bases materiais desta sociedade, posto que se trata de um fenômeno individual, mas social e cultural. Tal ruptura é, para o autor, uma forma de ação cultural, pois é por ela que, culturalmente, se encara a cultura dominante. Nas palavras de Freire (1981, p.

44), temos: “Os oprimidos precisam expulsar os opressores não apenas enquanto presenças físicas, mas também enquanto sombras míticas, introjetadas neles”.

A invasão cultural realizada pelas classes dominantes conta com a preservação do poder para se perpetuarem e, para isso, contam com a ciência e a tecnologia para manter a mitificação da realidade. A ciência e a tecnologia são fundamentais para a síntese cultural, neste caso, pelo contrário, para desmistificar a realidade.

5 Situando a discussão sobre a categoria “experiência” em obras de Paulo Freire

Depois de discorrer sobre a categoria cultura em Freire (1967, 1987, 1981), passemos à análise da categoria “experiência” nas mesmas obras. Na nossa análise, percebemos que os escritos de Paulo Freire se pautam, em grande medida, nos registros que este autor fez de suas experiências em educação, confirmando nossa perspectiva de experiência enquanto categoria.

Tomando experiência como uma categoria freireana, passamos à obra *Educação como prática da liberdade*, uma vez que optamos por continuar utilizando a ordem cronológica de lançamento de cada obra, visto na análise da categoria cultura. Nessa primeira obra, o autor faz uso de “experiência” no sentido de legado para falar das histórias educacionais vivenciadas, escritas individualmente, como podemos constatar nesta pergunta transcrita de Freire (1967, p. 22): “[...] caberia indagar se a experiência brasileira de mobilização educacional, realizada por vias institucionais, não conduziria paradoxalmente a resultados contrários dos que pretende [...]”, e também quando se refere à experiência no sentido de acontecimentos já experimentados.

Na obra em questão, Freire (1967), ao dissertar sobre os mundos em que o homem e a mulher encontram-se inseridos, da natureza e da cultura, ratifica que, enquanto estes/as estão inseridos/as no mundo da natureza por seus aspectos biológicos, inserem-se no mundo da cultura por seu poder criador, sua capacidade de transformação “interferidor” no mundo e com o mundo. O autor prossegue falando da experiência adquirida por este homem e desta mulher que os/as lançam no domínio exclusivo da história e da cultura, mantendo um encadeamento de experiência enquanto legado (FREIRE, 1967).

Remetendo ao golpe militar brasileiro de 1964, o autor escreve sobre a fragilidade da experiência democrática do povo. Para isso, retoma o período colonial do país, ratificando o que ele classifica como inexperiência de governo democrático e também inexperiência de autogoverno, afirmando que pouco se pode falar de conquista por meio de mobilização, mas

sim de algo instituído de cima para baixo, que reverberou no fim da experiência democrática brasileira. E, neste íterim, ele descreve a condição dos menos favorecidos dos tempos coloniais, comparando-os aos menos favorecidos das décadas em que escreve de 1960-1970.

Ao longo de muitas páginas, o autor debruça-se em explorar a categoria experiência atrelado à experiência democrática que foi interrompida, no momento em que, para ele, o povo começava suas primeiras experiências de participação. A isso, Freire adverte: “A superação da inexperiência democrática por uma nova experiência: a da participação, está à espera, ela que se iniciara, da superação também do clima de irracionalidade que vive hoje o Brasil, agravado pela situação internacional” (FREIRE, 1967, p. 83-84).

No terceiro capítulo da obra sob o título *Educação Versus Massificação*, o autor dedica reflexões sobre a experiência do fazer, criticando a educação que usa a palavra esvaziada de sentidos e significados produzidos na realidade social. Precária de ocasiões em que educandos/as adquirem experiência do fazer, indicando que é por meio de uma educação, que possibilite o desenvolvimento da criticidade da consciência, que poderíamos avançar para um processo de democratização, fazendo referência às suas próprias experiências com o processo educacional de pessoas adultas no campo e da cidade (FREIRE, 1967).

Ainda tratando da questão da democratização, desta vez de forma específica da democratização da cultura, Freire infere a forma como pensava a alfabetização em que o homem e a mulher não seriam um “[...] paciente do processo. Cujas virtudes únicas são ter mesma paciência para suportar o abismo entre sua experiência existencial e o conteúdo que lhe oferecem para sua aprendizagem, mas o seu sujeito” (FREIRE, 1967, p. 104). É neste trecho do livro que aparece a expressão “experiência existencial”, a qual será largamente utilizada na próxima obra socializada.

Em *Pedagogia do Oprimido*, logo no prefácio, o professor Ernani Maria Fiori apresenta a palavra experiência, sem a intenção de conceituá-la, referindo-se às experiências vividas pelos/as alfabetizando/as, especialmente aquelas transcorridas no Círculo de Cultura, reafirmando o valor das palavras geradoras por estas fazerem parte do universo de experiência dos/as educandos/as.

No início de suas palavras, Freire (1987, p. 17-18) afirma que: “[...] em certo momento de sua experiência existencial, os oprimidos assumam uma postura que chamamos de ‘aderência’ ao opressor. Nestas circunstâncias, não chegam a ‘admirá-lo’, o que os levaria a objetivá-lo, a descobri-lo fora de si” (FREIRE, 1987, p. 17-18).

Em outros pontos da discussão, essa sentença fica melhor explicada, quando o autor afirma que, em certo momento da experiência existencial dos/as oprimidos/as, é possível notar uma irresistível atração pelo/a opressor/a, fazendo-o aspirar pelos padrões de vida deste/a.

Este educador utiliza também a expressão experiência existencial, ao se referir à sua própria experiência, quando revisa algumas ações pedagógicas que tratam do “[...] ‘tema gerador’, como uma concretização, é algo a que chegamos através, não só da própria experiência existencial [...]” (FREIRE, 1987, p. 50). O educador faz também um contraponto entre experiência feita e experiência narrada em um trecho no qual critica determinada metodologia educativa. No trecho a seguir, o autor, ao reivindicar a posição humanizada dos/as educandos/as, explora com maior precisão a categoria experiência no âmbito da composição experiência existencial:

A sua “domesticação” e a da realidade, da qual se lhes fala como algo estático, pode despertá-los como contradição de si mesmos e da realidade. De si mesmos, ao se descobrirem, por experiência existencial, em um modo de ser inconciliável com a sua vocação de humanizar-se. Da realidade, ao perceberem-na em suas relações com ela, como devenir constante (FREIRE, 1987, p. 35).

Ainda na perspectiva de contraponto, destacamos que Freire (1987), ao se reportar à classe dominadora, utiliza o termo experiência sem a conotação de categoria que identificamos em experiência existencial. Nas palavras de Freire (1987, p. 39): “Esta maneira de assim proceder, de assim compreender o mundo e os homens [...] explica-se, como já dissemos, na experiência em que se constituem como classe dominadora”. Continuando a análise desta obra, no capítulo quatro, *A teoria da ação antidualógica*, Paulo Freire se refere, mais uma vez, ao/à opressor/a; desta vez, em um processo de transição solidária e, nesta referência, faz uso da expressão experiência existencial.

Ainda nesta obra, Freire faz um adendo sobre a relação das lideranças revolucionárias com o povo, destacando a importância da dinâmica permanente no processo revolucionário, em que suas lideranças partilham sua práxis, proporcionando o aprendizado a ambos, tanto do diálogo quanto do poder.

Até o final da obra *Pedagogia do Oprimido*, o autor desenvolveu o conceito de experiência existencial, entremeado pela relação antagônica entre opressor/a e oprimido/a. Ao tratar da invasão cultural, salienta a presença de uma dualidade no/a invadido/a que, dentro da sua experiência existencial, encontra-se em um instante tendendo a aderir ao/à opressor/a.

Dentro do processo de invasão cultural, debatido neste capítulo do livro em estudo, o Patrono da Educação Brasileira infere que, enquanto os/as oprimidos/as estiverem neste processo de adesão ao/à opressor/a, eles/as se perceberão proibidos/as de “estar sendo”. A cultura do silêncio, nesse contexto, é um instrumento da estrutura opressora para perpetuar esta situação, na qual os/as oprimidos/as concretizam sua experiência de “quase-coisas”. Para que esta situação seja destruída, reafirma Freire (1987), é necessário que cada ser se descubra em sua totalidade.

Em *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*, deparamo-nos com considerações sobre o processo de alfabetização de pessoas jovens, adultas e idosas, criticando o conteúdo das cartilhas e textos destinados a este processo, por não se preocuparem em contemplar a experiência existencial dos/as alfabetizando/as. Para o autor, ainda quando fazem alguma relação com a experiência existencial dos/as alfabetizando/as, o fazem de forma paternalista, o que ele classifica como visão deformada em relação a estes estudantes, pressupondo que são diferentes dos demais e, principalmente, desprezando a experiência existencial e todos os conhecimentos adquiridos ao longo da vida (FREIRE, 1981).

Descrevendo como se dá o processo de alfabetização em assentamentos, Freire (1981) parte do princípio da codificação e decodificação e os desdobramentos que este fazer tem no processo de compreensão dos/as educandos/as. Compreende que muitos dos seus conceitos são oriundos das experiências dos latifundiários, pois aqui o autor se refere ao trabalho nos acampamentos com camponeses, cuja palavra autêntica inexistia por conta da imposição da cultura do silêncio. Inseridos no processo educacional libertador, outra realidade se efetiva, conforme destaca Freire (1981, p.49):

Por isto, quando eles participam criticamente da decomposição das primeiras palavras geradoras associadas à sua experiência cotidiana; quando identificam as “famílias silábicas” que resultam daquela decomposição; quando percebem o mecanismo de combinações silábicas de sua língua, descobrem, finalmente, nas várias possibilidades de combinações, suas próprias palavras.

Para o autor, os seres humanos conhecem ao nível reflexivo, podendo, por isso, analisar de forma crítica nossa presença no mundo. Nesse processo, é possível retornar às experiências anteriores para aprender sobre os conhecimentos que nelas construídos (FREIRE, 1981). A respeito disso, o autor oferece um exemplo concreto em relação ao caráter político do processo de alfabetização:

No momento em que o escrevo, tanto quanto no em que os leitores leiam o que estou escrevendo agora, temos de exercer aquela análise crítica antes referida. Isto é, temos de ter, como objeto de nossa reflexão, nossas experiências ou as experiências de outros sujeitos no campo que estamos tentando entender melhor (FREIRE, 1981, p.79).

Paulo Freire, ao entrar no caráter político da educação, combate a pretensa neutralidade que, para ele, na verdade, esconde uma opção, pois os temas são históricos, orientados pelos valores de homens e mulheres, com base em sua experiência existencial. A opção de Freire, por uma educação política, marca de forma indelével as três obras que aqui revisitamos (FREIRE, 1967, 1987, 1981).

A concretização da análise das categorias cultura e experiência nestas obras revela o quanto elas comungam do posicionamento político educacional do autor, o qual advoga por uma cultura em que os seres humanos são sujeitos do ato de criação, porque sua ação insere-se na dinâmica de ação, reflexão e ação do seu fazer. Este poder criador da pessoa humana vale-se de sua experiência, adquirida por todos os caminhos que sua existência histórica lhe proporcionou e, também, servindo-se dos muitos legados construídos por experiências de outros e da humanidade.

6 Apontamentos finais

As reflexões anteriores, cuja centralidade esteve nas categorias cultura e experiência em obras de Paulo Freire, precisam ser vistas no contexto histórico de sua produção. Cultura letrada, cultura iletrada, cultura do silêncio, círculo de cultura, (in)experiência democrática, entre outras, são abordagens desenvolvidas pelo autor em determinados períodos históricos. Desse modo, se lançarmos o olhar para obras publicadas posteriormente, especialmente na década de 1990, perceberemos mudanças no modo de pensar, refletir e materializar tais categorias pelo próprio autor, marcadas, por exemplo, por experiências e teorizações desenvolvidas no contexto do exílio e após retorno ao Brasil.

No seu conjunto, as três obras posicionam-se a favor de uma educação dialógica, problematizadora, libertadora, pautada na comunicação e promoção da autonomia humana, fruto de uma consciência-ação crítica sobre o mundo.

Nesse sentido, assim como Freire (1967, 1981, 1987), acreditamos que os/as educandos/as precisam (re)construir um conceito crítico de cultura, vendo-a como o resultado do trabalho humano, expressão do seu esforço criador e recriador, reivindicando o protagonismo do ser humano no mundo e com o mundo (FREIRE, 1967, p. 108). Desta

forma, ratifica-se a potência criadora e recriadora de todo ser humano, que se mostra, entre outros modos, por meio da evolução criativa de seus próprios caminhos.

Ao analisar as categorias cultura e experiência, percebemos o quanto elas se concatenam com o posicionamento político educacional do autor, em favor de uma cultura em que o ser humano é protagonista da ação criadora humana, valendo-se das suas próprias experiências e dos legados experienciais da humanidade, numa perspectiva libertadora, emancipatória.

Freire (1967, 1987 e 1981) eleva cultura e experiência a categorias basilares de uma educação transformadora, em que o ser humano ocupa papel de agente histórico. Com a compreensão de cultura e experiência, enquanto categorias, alicerçadas na análise das obras deste autor, reconhecemos a importância de problematizar cultura, na perspectiva da promoção de diálogos, por meio das experiências que emergem do cotidiano dos/as educandos/as, marcadas pelas diferenças e diversidade(s) humana(s).

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.

BRASIL. **Lei Nº 12.612**, de 13 de abril de 2012. Declara o educador Paulo Freire Patrono da Educação Brasileira. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12612.htm. Acesso em: 01 jun. 2020.

DIAS, Andriara Martins. **Cultura e experiência**: categorias fundantes no Ensino de História na Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas. Dissertação (Mestrado), 2021, 141f. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Programa de Pós-graduação em Ensino – PPGEn, Vitória da Conquista, 2021.

FREIRE, Ana Maria Araújo. **Paulo Freire**: uma história de vida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

FREIRE, Ana Maria Araújo. A voz da esposa: a trajetória de Paulo Freire. In: GADOTTI, Moacir e colaboradores. **Paulo Freire**: uma biobibliografia. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire; Brasília, DF; UNESCO, 1996. p.27-67.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1981.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir e colaboradores. **Paulo Freire: uma biobibliografia**. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire; Brasília, DF; Unesco, 1996.

LIMA, Venício A. de. Os 50 anos da pedagogia do oprimido de Paulo Freire. São Paulo: **Vermelho**, Maio de 2018. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2018/05/28/os-50-anos-da-pedagogia-do-oprimido-de-paulo-freire/>. Acesso em: 02 jun. 2020.

LYRA, Carlos. **As quarenta horas de Angicos: uma experiência pioneira de educação**. São Paulo: Cortez, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2008.